

A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO CENÁRIO POLÍTICO DO ESTADO DO PARANÁ: 1970-2006

Agemir de Carvalho Dias¹

Ivan Tadeu Panicio Jr²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o fenômeno ocorrido dentro do contexto eclesial da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado do Paraná. Desde a década de 1970 esta igreja sofreu uma transformação nos seus princípios com relação a sua participação política. Esta Igreja defendeu desde a sua fundação no Brasil a não participação dos seus membros na vida pública do país, contudo, nas últimas eleições modificou o seu comportamento assumindo candidatura própria e apoiando estratégias eleitorais para eleger os seus candidatos, funcionando, de certa forma, como partido político. Este processo tornou-se oficial com a formação da Comissão Política da Convenção Geral das Assembléias de Deus, que tem negociado o apoio desta denominação pentecostal a candidatos a cargos públicos em todas as esferas de governo. O nosso estudo procurará entender como esta mudança afetou a Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Paraná e o seu modo de pensar a cidadania e a relação com o Estado.

Palavras-chave: Assembléia de Deus; Política; Política no Paraná.

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus (IEAD) desde a sua fundação no território brasileiro cresceu de tal forma que tornou-se a principal denominação evangélica no Brasil em número de membros com 8.418.154 adeptos segundo o censo 2000.

Esta igreja se filia ao movimento pentecostal que segundo Mariano se diferem dos protestantes históricos da seguinte forma:

Os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua a agir hoje da mesma forma que no cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas de Seu supremo poder e inigualável bondade.³

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná e professor da Faculdade Evangélica do Paraná. E-mail: agemir@terra.com.br

² Bacharelado em Teologia pela Faculdade Evangélica do Paraná. E-mail: ivantadeupanicio@gmail.com

³ MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999, p.10.

Além disso, se caracteriza por um rigoroso código de usos e costumes e por muito tempo manteve-se em uma posição apolítica. Outra característica do pentecostalismo, é que prioritariamente trabalham com a classe mais pobre da sociedade e sobre esta característica, Mariano diz:

Desde o princípio, o Pentecostalismo atrai, sobre tudo, as camadas pobres e marginalizadas e sobre esta base é difundido. [...] Sectários e ascéticos, durante décadas os pentecostais promovem forte desvalorização do mundo. Contra ele, suas tentações e a corrupção da matéria, propõem condutas ascéticas, procedentes da matriz puritana, como meio de assegurar costumes e hábitos que os conduzam à salvação ou á certeza de estarem salvos no outro mundo, libertando-os do sofrimento de uma vida de privação. Suas promessas redentoras, excetuando-se a cura física, se concretizaram no além.⁴

Emílio Conde relata a origem da IEAD e descreve parte da história dos dois missionários suecos como se fosse uma hagiografia, descrevendo o chamado e o início da missão da Assembléia de Deus no Brasil.

Após uma ampla troca de informações, experiências e idéias, Daniel Beg e Gunnar Vingren descobriram que Deus os estava guiando numa mesma direção, isto é: o Senhor desejava enviá-los com a mensagem do Evangelho a terras distantes, mas nenhum dos dois sabia exatamente para onde seriam enviados. Algum tempo depois, Daniel Berg foi visitar o pastor Vingren em South Bend. Durante aquela visita, quando participaram *de uma reunião de oração, o Senhor lhes falou, através de uma mensagem profética, que eles deveriam partir para pregar o Evangelho e as bênçãos do Avivamento Pentecostal. O lugar tinha sido mencionado na profecia: Pará. Nenhum dos presentes conhecia aquela localidade. Após a oração, os dois jovens foram a uma biblioteca à procura de um mapa que indicasse onde Pará estava localizado. Foi quando descobriram que se tratava de um estado do Norte do Brasil. Aqueles dois jovens missionários suecos sentiram arder em seus corações o entusiasmo e o zelo pela causa de Cristo. Eram tochas daquela mesma fogueira que começou a arder em Chicago.*⁵

O estabelecimento do Pentecostalismo no Brasil ocorreu logo a seguir ao início do movimento nos EUA. Entre 1910 e 1911, surgem as duas primeiras igrejas pentecostais brasileiras, sendo a primeira a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus.

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus se estabeleceu no Brasil um ano após a chegada dos missionários suecos, e no Paraná em 1929. E da mesma forma que ocorreu no Brasil cresceu de forma extraordinária no Estado paranaense. No censo de 2000,

⁴ Idem, p.148.

⁵ CONDE, Emílio. História das Assembléias de Deus no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2000, p. 23-24. Grifo nosso.

foram contados 339.160 adeptos no estado. Não se pode ignorar a força da IEAD no cenário nacional e mais especificamente do Paraná.

Identidade fundamentalista-pentecostal

O fundamentalismo é a identidade original da IEAD no Brasil. O fundamentalismo é por natureza de oposição, intolerância a todos que não aceitam as suas doutrinas. Este sistema cria dogmas e opera racional e radicalmente contra os seus adversários. A emoção tem espaço na conversão, em busca de uma vida plenamente dedicada a Deus, visando frutos para a glorificação à Deus. O Pentecostalismo adota esta conversão pietista e ascetismo puritano, mas considera que a vida cristã assim estabelecida está incompleta e será sempre medíocre, se o crente não experimentar “o batismo com o Espírito Santo”, ou como pode ser chamado, a “segunda benção”, sendo que a primeira, considera-se como o “novo nascimento”. Assim, a conversão é entendida como arrependimento dos pecados e entrega incondicional da vida a Jesus Cristo.⁶

A IEAD desde seus primórdios manteve um posicionamento apolítico. Os líderes nunca permitiriam que seus fiéis entrassem para um pleito, e formalmente pregavam que política era coisa do *mundo*. A ausência dos meios de comunicação nas residências dos fiéis, como rádio e TV, os afastou por muito tempo das informações políticas, e, quando muito, eram orientados de forma religiosa dentro dos templos. Porém, esta realidade começou a passar por transformações a partir da década de 1970.

Transição de identidade

A partir da década de 1970 a IEAD abre exceções, permitindo a entrada no meio político dos seus membros e a partir de 2001 foi criada a Comissão de Assuntos Políticos onde a Igreja delineou uma estratégia de inserção política de forma oficial. Lembrando que a IEAD considerava esta participação como sendo imprópria por causa

⁶ BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. “Fora do Mundo”- Dentro da Política. Identidade e “missão parlamentar” da Assembléia de Deus em Belém. 2002. 166 f. Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Pará, Pará, p.44.

das suas expectativas milenaristas⁷. A posição das Assembléias de Deus era de apoiar a autoridade e o Estado, sendo estes os deveres cidadãos exercidos pelos seus membros, baseados em princípios bíblicos.

Nos últimos trinta e cinco anos houve uma mudança significativa nesse posicionamento, principalmente a partir da Constituinte de 1988, quando a Igreja Assembléia de Deus viu na Assembléia Nacional Constituinte um perigo para a liberdade de culto e de outros direitos ligados à liberdade de crença no Brasil⁸. Desde este momento a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), tem manifestado apoio a políticos ligados a denominação e nos últimos pleitos manifestou apoio formal a candidaturas para diversos cargos majoritários. O mesmo ocorreu nas Convenções Estaduais da denominação apoiando oficialmente candidaturas à cargos públicos de membros da Igreja e a candidaturas a cargos majoritários de candidatos comprometidos com a Igreja.

O crescimento no número de membros proporcionou aos candidatos indicados pela Igreja, certa facilidade para se eleger, devido ao grande corporativismo presente na denominação. E a resposta a este intenso crescimento é explicada por Ricardo Mariano⁹:

Crescem aceleradamente porque trabalham muito e sabem explorar, em seu benefício institucional, os contextos socioeconômico, político, cultural e religioso onde estão inseridas. Crescem porque aproveitam, eficientemente, as oportunidades advindas da ampliação da liberdade e do pluralismo religiosos, da rápida e maciça difusão dos meios de comunicação, da urbanização e da destradicionalização cultural, da abertura política e da

⁷ Segundo Saulo Baptista (2002, p79), “Os pentecostais são pré-milenaristas. O milênio aqui não é uma metáfora. São mil anos no sentido literal. A ideologia pré-milenarista concebe a história com tempo de degradação da humanidade, preparatória para a volta de Jesus Cristo. Todas as guerras, a corrupção moral, as pestes, a violência, a crise social, enfim, a anomia, são sinais da iminência desse evento singular, o retorno do Messias, que inaugurará os acontecimentos escatológicos. Quando o Senhor voltar, ele arrebatará a sua igreja, que assim, será poupada da grande tribulação, anunciada em Mateus 24 e 25.”

⁸ Desde esta época, houve uma preocupação em defender os interesses da igreja. Em janeiro de 2001, durante a Convenção Geral ocorrida em Brasília (DF), a CGADB, lançou oficialmente a Comissão Política Nacional, originando na continuidade o Conselho Político Nacional, para tratarem a priori de objetivos e estratégia eleitorais para o pleito de 2002. Neste processo, elaboraram o Projeto Político da CGADB “Cidadania AD Brasil” (CIDADANIA AD Brasil – A valorização do voto evangélico. Projeto político da CGADB. Disponível em <www.cpnad.com.br>. Acesso 20/9/2006), no quarto tópico do capítulo IV, sugere a defesa de princípios que regem a igreja. Os deputados ligados à CGADB, na bancada na Câmara Federal, se posicionaram contrário às alterações no Novo Código Civil que prejudicariam as igrejas, contra o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo, contra o projeto que permitia o aborto em casos específicos e contra a lei de Biossegurança, no que dizia respeito à utilização de células-tronco embrionárias.

⁹MARIANO, Ricardo. Pentecostais e Política no Brasil. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml, Acesso 05/10/07.

redemocratização do país. Crescem porque, ao lado disso e do ativismo militante de parte considerável dos fiéis, sobretudo do sexo feminino, esforçam-se em oferecer respostas mágico-religiosas – às vezes em deliberada continuidade com elementos da religiosidade popular – para fiéis e virtuais adeptos interessados em superar, pela via ou com ajuda religiosa, problemas decorrentes do agravamento, nas últimas décadas, das crises sociais e econômicas, do aumento exponencial da violência, da criminalidade e da insegurança etc.

No Estado do Paraná além da eleição de diversos deputados, a Assembléia de Deus por meio da Convenção Estadual (CIEADEP) e pela Comissão para Assuntos Políticos da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba (CAP-IEADC), manifestou apoio a candidatos a cargos majoritários que assumiram compromisso com os interesses da Igreja.

Hoje, a IEAD no Estado do Paraná, conta com um Deputado Federal, vereadores nas diversas cidades paranaenses como também a presença de um assessor especial ligado à Igreja junto ao governador do Estado. Devido a sua influência a Igreja através de suas instituições estabeleceu parcerias com o governo de Estado. É o caso do Instituto de Ação Social e a Casa de Repouso Betânea.

Percebemos uma ruptura com as raízes fundamentalistas de 1911, e uma transição de um posicionamento apolítico para um partidário. Diante desta metamorfose, não estaria surgindo um fundamentalismo partidário? Não estaria a Assembléia de Deus, por outras vias tentando manter seu status quo? Para manter sua pretensa identidade ela estaria invocando agora a “ajuda” política, visto que a entrada dela na política se deu por uma necessidade prática de manutenção identitária? São pontos a serem considerados.

Com este fenômeno, a IEAD rompeu com uma postura de décadas tão fortemente defendida e modificou características de sua identidade. Entender o motivo pelo qual levou uma liderança religiosa tão forte a nível nacional posicionar-se a favor do partidarismo, como fez o presidente da CGADB em 2006, omitindo as suas raízes apoliticistas, é com certeza uma questão que suscita grandes questionamentos e é o ponto principal deste artigo. Temos que pensar, até que ponto essa identidade na sua estrutura, foi modificada.

Apoio oficial da CIEADEP

A CIEADEP elaborou um Regimento Político, na qual regulamenta o relacionamento da Convenção do Estado com os Candidatos indicados ao pleitos e eleitos. E neste está explícito algumas clausuras de relacionamento como vemos:

No capítulo III – DO RELACIONAMENTO DA CIEADEP/CANDIDATO –
Art. 11 – A CIEADEP apoiará aos candidatos em toda medida de suas forças oferecendo-lhes ambiente favorável ao desempenho de seus objetivos bem como estimulando cada um de seus membros a ser um incentivador de votos. (REGIMENTO CIEADEP, p.2)

No capítulo V – DA CAMPANHA – Seção II – Das ações da CIEADEP –
Art. 17 - A CIEADEP participará das campanhas oferecendo seu apoio, e mobilizando Pastores que visitarão cada Igreja conscientizando os eleitores e solicitando seu apoio e voto. Art. 18 - A CIEADEP estará ativa nas campanhas através de seus membros, que oferecerão total apoio aos candidatos em todas as cidades e campos ministeriais do Estado do Paraná.¹⁰

E a Comissão para Assuntos Políticos da IEADC, manteve o mesmo padrão de Regimento¹¹ e de apoio ofertado pela Convenção Estadual aos fieis que se candidataram. No entanto, aos candidatos, cabe cumprir algumas normas:

Capítulo VI - DA REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DA IGREJA

Art. 50 - Os interesses da Igreja e da CIEADEP terão sempre prioridade onde quer que o eleito esteja e em quaisquer dos assuntos que esteja envolvido, devendo sempre defende-los com desvelo, lealdade, fidelidade e gratidão.

Art. 51 - Ao candidato é vedado opor-se aos interesses da Igreja ou a deliberações desta sem motivo declaradamente de ilegalidade, imoralidade ou impossibilidade técnica objetiva.

Art. 52 - Na defesa dos interesses da Igreja deverá o eleito consultar a Comissão Política sobre cada um dos assuntos polêmicos a que tiver de opinar ou votar, devendo a Comissão deliberar e comunicar ao mesmo sua posição.

Art. 53 - A Comissão de assuntos políticos da IEADC possuirá amplo acesso aos gabinetes dos eleitos e a sua assessoria com fins a conferir maior celeridade nas comunicações e maior agilidade na defesa das vontades e interesses da IEADC.

Com a mudança da sua orientação teológica/política, a Assembléia de Deus, elegeu nos últimos pleitos diversos candidatos, contando com Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores e fazendo declarações públicas de apoio a candidatos simpatizantes da religião, influenciando a membresia com relação ao exercício do voto.

¹⁰ REGIMENTO CIEDADEP

¹¹ (REGIMENTO IEADC, p.3)

Diante do exposto acima, a pergunta que fazemos é: Quais fatores sociais, históricos ou religiosos que levaram a mudança na orientação política da Igreja Evangélica Assembléia de Deus?

Aspecto cultural da transição

No Estado do Paraná há centenas de templos da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, mantendo uma imensa rede social e grande capilaridade, principalmente entre as camadas mais pobres da população, promovendo eventos que reúnem milhares de pessoas. As comunidades da Assembléia de Deus enfatizam a educação cristã de seus membros através das Escolas Dominicais, Seminários e na Escola Bíblica de Obreiros. A IEAD dá grande ênfase à formação de músicos, sendo hoje um elemento cultural que distingue essa confissão religiosa.

A vida comunitária dentro de uma comunidade da Assembléia de Deus é muito intensa, com diversas reuniões durante a semana, no qual participa um número significativo dos seus membros. Devido ao seu corporativismo os membros da Assembléia de Deus acabam se informando politicamente através dos seus líderes denominacionais, ou através dos órgãos de divulgação da própria igreja. Devido a proibição de participação política dos seus membros nos seus primórdios, os fiéis da Assembléia de Deus não foram instruídos em uma participação cidadã. Também a proibição de uso de meios de informação como a televisão, para muitos brasileiros o meio privilegiado de contato com a informação, propiciou que nesta denominação evangélica a opinião política acontecesse através das reuniões da Igreja, geralmente transmitidas em uma linguagem religiosa.

Mas, segundo Mariano, a IEAD, vem passando por uma transição, mostrando-se mais flexível:

A Assembléia de Deus mostrou-se mais flexível e disposta a acompanhar certas mudanças que estão se processando no movimento Pentecostal e, apesar da defasagem na sociedade, seu recente e deliberado ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e outras transformações internas, sinaliza de modo irrefutável sua tendência à acomodação social, a dessectarização. [...] A igreja também se mostra mais permeável aos novos modos de viver e de pregar o evangelho. Não bastasse a infiltração de correntes teológicas num amplo leque de igrejas por meio de literatura, das paraeclesiásticas e do intercâmbio com pregadores

estrangeiros, pastores e fiéis em geral são ávidos por conhecer e experimentar novas manifestações do poder divino.¹² (Mariano, 1999, p.30,48)

Percebe-se assim, conforme Mariano (1999) uma transformação na identidade da Igreja Assembléia de Deus. E ainda sofre esta mudança sócio-política-religiosa. Uma igreja que originou-se no pentecostalismo clássico, pré-milenarista, apolítica, com auto exclusão da vida social a tendência ao ascetismo, está desenvolvendo estratégias de prestígio, respeitabilidade social, visando transformar a sociedade por meio da conversão e implantação da moralidade “bíblica”, e mais, aderindo um posicionamento de uma política partidária, conquista de cargos de poder em setores privados e públicos e usufruindo de meios de comunicação como rádio e TV, visando divulgar o evangelho e solidificar seu espaço na sociedade brasileira.

Mariano analisa que a mudança que está ocorrendo como uma forma de triunfalismo devido ao grande crescimento dessa denominação¹³:

Em meados dos anos 1980, porém, numa surpreendente inversão de crenças, de estratégia competitiva e de inserção social, várias igrejas pentecostais trocaram, repentinamente, o lema quietista “crente não se mete em política” pelo jargão corporativo “irmão vota em irmão”, baseado, tal como o mote anterior, não obstante a guinada radical, em interpretações bíblicas. Os expoentes desse ideário defenderam, num tom arrivista e triunfalista, que os evangélicos deveriam deixar de ser “cauda” para se tornar “cabeça”.

Segundo Mariano, os pentecostais modificaram suas estratégias, posicionando-se de forma mais agressiva no que tange a representatividade e conquista de espaço em âmbito nacional. Para a IEAD esta mudança é baseada numa filosofia de fortalecimento dos direitos da igreja, mas para os críticos, uma estratégia de ganharem popularidade e benesses para a religião e seus líderes.

Aspecto social da transição

A participação política dos evangélicos no Brasil recentemente começou a ser estudada. O envolvimento desse agrupamento na vida política se restringiu a um pequeno grupo de parlamentares eleitos com a predominância dos evangélicos

¹²MARIANO, Op cit, p.30,48.

¹³MARIANO, Ricardo. Pentecostais e Política no Brasil. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml, Acesso 05/10/07.

provenientes das igrejas de missão. As igrejas pentecostais iniciaram recentemente o seu envolvimento político.

Ricardo Mariano e Paul Freston inauguraram nos anos noventa uma série de estudos sobre a participação política dos evangélicos. O advento da Igreja Universal do Reino de Deus e o seu agressivo proselitismo, como também a sua militante participação política, desencadearam uma série de estudos sobre este novo fenômeno.

Quanto à participação específica da Assembléia de Deus no campo político, além do estudo de Paul Freston (1993)¹⁴, sobre os evangélicos na Assembléia Nacional Constituinte, temos também algumas dissertações de mestrado e doutorado como a de Saulo de Tarso Cerqueira Baptista (2002)¹⁵ que estudou a participação política da Assembléia de Deus no estado do Pará. Como também sua dissertação de doutorado que aborda a Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais (2007) e a de Edson d'Avila que analisou o discurso político da Assembléia de Deus no seu jornal *Mensageiro da Paz*.

As idéias difundidas em movimentos religiosos têm uma grande capacidade de penetração nas diversas camadas da sociedade, ajuda na formação da opinião e na educação da população principalmente em nosso país em que a presença do Estado é praticamente ausente para uma parcela significativa.

Neste sentido, é de grande importância tanto para a sociedade em si entender os movimentos religiosos quanto para a própria instituição religiosa. Para tal, é alvo da pesquisa entender as suas práticas e de como a sua ação interfere na realidade. As ideologias religiosas são travestidas de discursos teológicos, e só é discernível na compreensão do significado desse discurso.

Na visão de Freston, um fator preponderante para o envolvimento da IEAD na política ocorreu entre 1946. a 1964, algumas mudança que viabilizaram a participação eleitoral mais livre. Neste mesmo tempo, fenômenos como uma crescente porcentagem de eleitores devido a minimização do analfabetismo, a urbanização acelera-se livrando o povo do coronelismo rural. Como também, o capitalismo entrando no campo, tornando

¹⁴ FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 308 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da universidade Estadual de Campinas.

¹⁵ BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: A presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. 563 f. Tese de Doutorado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

a massa rural assalariada, fato que ocorreu no período militar. No entanto, o efeito da participação política protestante, ocorre somente em 1986.

Outro fato que intensificou o movimento político aderido pela IEAD, é o que diz Freston:

Os meios de comunicação forma outro foco de interesse dos evangélicos, sobretudo a defesa do sistema atual de concessões que permitiu a protestantes adquirirem a posse de um número razoável de rádios e televisões. Presidiu a subcomissão de Comunicação o batista Arolde de Oliveira, ex-militar que fez carreira política na área das comunicações e ligou-se ap pastor Nilson Fanini, sendo instrumento para a concessão da TV Rio ao pastor.¹⁶ (FRESTON, 1994, P.80).

Mariano (1999, 91), pontua a influência da Igreja Universal do Reino de Deus, no cenário religioso nacional. A IURD possui influencia eleitoral e participa da política com candidaturas próprias desde a eleição de 1982, com o objetivo de expandir-se e defender seus interesses corporativos, entre eles, liberdade religiosa. Pronuncia-se dizendo que com representantes parlamentares, havendo alguma perseguição – o que se diz vítima - estará preparada para manter-se viva com suas concessões de rádio e TV. Conforme Mariano, o engajamento da IURD, não é desinteressado, mas visa conquistar poder e atendimento dos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas.

Mariano aponta ainda em seu artigo¹⁷, uma estratégia do governo militar, no período de ditadura, que influenciou relevantemente a inserção da IEAD.

No período mais repressor da ditadura, os governos militares, privados do apoio católico e, por isso, interessados em angariar novas bases sociais para legitimar sua autoridade, lograram estabelecer alianças com diversos líderes evangélicos (protestantes e pentecostais), em razão de que muitos deles eram dotados de um genuíno e encarniado anticomunismo, inclinados, em muitos casos, ao clientelismo e, na condição de representantes de uma minoria religiosa discriminada, ávidos por recursos, reconhecimento social e político.

¹⁶ FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: História ambígua e desafio ético. Curitiba: Ed. Encontro, 1994, 163 p.

¹⁷ MARIANO, Ricardo. **Pentecostais e Política no Brasil** - Disponível em www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml. Acesso 05/10/07 - 15:13.

Considerações finais

Por momento, entendemos que a IEAD, tem percebido a importância de mobilizar-se em prol de seus objetivos. E para tal, utilizam o que possuem de maior valor, a grande gama de membresia votante. E que não pode-se negar, que vem obtendo alguns resultados no cenário político brasileiro, mesmo diante dos acontecimentos depreciativos.

Devido o evento do mensalão, CPI das sanguessugas, que envolveram 10 parlamentares da Assembléia de Deus, sendo oito da CGADB, onde apenas um foi absolvido, contribuiu muito para minimizar a aceitação dos candidatos pentecostais diante dos fiéis. O Conselho político Nacional da CGADB¹⁸, visando amenizar a situação que prejudicou a imagem da IEAD frente os votantes, pronunciou-se desta forma:

O Conselho Político entende que cabe mobilizar a igreja para que não esmoreça, mas dê o seu voto àqueles que comprovadamente podem ser instrumentos dela na vida pública, com isso, aumentar em número o grupo parlamentar da Assembléia de Deus, revertendo as intenções daqueles que diabolicamente lutam para extinguir a participação dos evangélicos em cargos públicos.

Há uma linha de pensamento para que compreendamos o envolvimento da IEAD na política, ventilado por Oro¹⁹, que seria uma reação a descrença em relação à própria política conforme escreve:

Em contrapartida, pode-se perguntar se o ofuscamento ou o deslocamento ou, ainda, a flutuação das fronteiras entre religião e política, para os quais, em nosso país, tem muito contribuído o ingresso recente das igrejas evangélicas na política, não revelam, como sugere Renato Janine Ribeiro, desgaste, esvaziamento, descrença ou mesmo desencantamento em relação à política, observados em parcelas importantes de nossa sociedade e, eu diria, também em outros países da América Latina e da África.

No entanto, ainda a IEAD não conseguiu esboçar uma diferença política. Isso tem gerado na membresia três sentimentos distintos: os que gostam e se envolvem, os que abominam e renegam e o indiferente. Porém, todos são afetados.

¹⁸ PRONUNCIAMENTO oficial do Conselho de Política da CGADB, 30/08/2006. Disponível em <www.cpnad.com.br> Acesso em 25/9/2006.

¹⁹ Oro, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003, vol.18, n. 53.

Consideramos que não está próximo o fim do Projeto Político da IEAD, porém, é necessário que haja uma mudança no discurso ético, uma reavaliação de estratégias, e preparação mais sólida dos futuros candidatos, para que não maximize o descrédito que caíram os eleitos denunciados e cassados. Caso contrário, grande quantidade de membros da IEAD pode retornar ao fundamentalismo apoliticista.